



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006423

Requerente: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

Mensagem nº 034/2017 – Proc. 20465/357/2017

Súmula: Projeto de Lei que *“Institui no Município de Sapucaia do Sul o Programa de Gestão Compartilhada da Educação Infantil (Berçário I e II e Maternal I e II) e dá outras providências”.*

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de **Mensagem nº 034/2017**, de origem do Poder Executivo Municipal, solicitando a aprovação do projeto de Lei que ***“Institui no Município de Sapucaia do Sul o Programa de Gestão Compartilhada da Educação Infantil (Berçário I e II e Maternal I e II) e dá outras providências”.***

Conforme exposto junto à justificativa apresentada pelo Executivo, a referida proposição legislativa visa a atender as disposições constantes junto ao PNE – Plano Municipal de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014), especialmente no que tange às metas de oferta à Educação Infantil, com a garantia de acesso e da ampliação de vagas às crianças de zero à três anos de idade, de forma a atender no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças até o final da vigência o PNE.

Breve é o relatório.

PARECER

Primeiramente, no que diz respeito à iniciativa para a apresentação do projeto, a mesma é exclusiva do Chefe do Executivo, conforme disposto pela Lei Orgânica Municipal:

Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;

IV - proposições que geram despesas ou que comprometam receitas do Município.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



A competência da Câmara de Vereadores para a deliberação respectiva, por sua vez emana das disposições da Lei Orgânica Municipal relativamente ao Poder Legislativo, que transcrevemos:

Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

III - planos e programas municipais e setoriais de desenvolvimento;

(...)

IX - autorização de concessão e permissão de serviços que somente serão feitos mediante contrato precedido de concorrência;

(...)

Art. 169. A educação, enquanto direito de todos, é um dever do Estado, da sociedade e da família, devendo ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando constituir-se em instrumento do desenvolvimento da capacidade de elaboração e de repasse de conhecimentos.

Parágrafo Único - O Município atuará prioritariamente na educação fundamental e na educação infantil.

Ante o exposto, sob o aspecto enfocado, não se verifica qualquer vício de constitucionalidade junto ao presente projeto de lei, devendo seguir sua tramitação regimental, com conclusão às competentes comissões, e posterior deliberação pelo Plenário desta nobre Casa Legislativa.

À análise superior, para as devidas providências, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para o prosseguimento da tramitação regimental.

Sapucaia do Sul, 18 de dezembro de 2017.

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257